



A TERRITORIALIDADE DO QUILOMBO LAGOAS/PI COMO ATO DE CONTRA COLONIZAÇÃO (2007-2010)

THE TERRITORIALITY OF QUILOMBO LAGOAS/PI AS AN ACT OF AGAINST COLONIZATION (2007-2010)

Emanoel Jardel Alves Oliveira¹

RESUMO

Situado no território da Serra da Capivara, o quilombo Lagoas/PI está localizado em 6 municípios do sudeste piauiense: São Raimundo Nonato; Fartura; Várzea Branca; Dirceu Arcoverde; São Lourenço; e Bonfim; no qual, até o ano de 2010 (INCRA/INTERPI, 2010), era constituído por 119 localidades, 1.498 famílias e 5.128 pessoas, caracterizando-se, assim, como um dos maiores territórios quilombolas em número de núcleos familiares do Brasil. O território lagoano possui a sua dimensão histórica (Haesbaert, 2010), mas nem sempre foi assim. Antes da territorialidade da comunidade, as localidades eram, em parte, dispersas, mas também se relacionavam a partir de proximidades geográficas, parentais, culturais e políticas. Nesse sentido, este artigo objetiva abordar a respeito da territorialidade do quilombo Lagoas ao historicizar a organização existencial da comunidade e os processos de conhecimento, produção e dominação territorial. Além disso, busca compreender a territorialidade como um ato de contra-colonização (Santos, 2015), quer dizer, como resistência e luta em defesa das terras entre os anos de 2007 e 2010.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombo Lagoas/PI. Territorialidade. Contra colonização.

ABSTRACT

Located in the Serra da Capivara territory, the quilombo Lagoas/PI is located in 06 municipalities in the southeast of Piauí: São Raimundo Nonato; Plenty; Várzea Branca; Dirceu Arcoverde; St. Lawrence; and Bonfim; in which, until the year 2010 (INCRA/INTERPI, 2010), it consisted of 119 locations, 1,498 families and 5,128 people, thus characterizing itself as one of the largest quilombola territories in number of family nuclei in Brazil. The territory of Lagoa has its historical dimension (Haesbaert, 2010), but this was not always the case. Before the territoriality of the community, the locations were, in part, dispersed, but they were also related based on geographical, parental, cultural and political proximity. In this sense, this article aims to address the territoriality of the quilombo Lagoas by historicizing the existential organization of the community and the processes of knowledge, production and territorial domination. Furthermore, it seeks to understand territoriality as an act of counter-colonization (Santos, 2015), that is, as resistance and struggle in defense of lands between the years 2007 and 2010.

KEYWORDS: Quilombo Lagoas/PI. Territoriality. Against colonization.

¹ Discente de doutorado no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Grande Dourado (PPGH/UFGD). Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: ojardelhist@outlook.com.



1 INTRODUÇÃO

Vamos compreender por colonização todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra. E vamos compreender por contra colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios (Santos, 2015, p. 47-48).

Antônio Bispo dos Santos, conhecido popularmente como Nêgo Bispo², ao publicar “Colonização, quilombos: modos e significados”³, iniciou uma série de reflexões importantes sobre a força contra-colonizadora que as comunidades quilombolas possuem, isto é, a respeito das ações realizadas em defesa dos seus territórios, símbolos e modos de vida. O valor da contribuição reflexiva de Nêgo Bispo está contido, sobretudo, em seu lócus de enunciação: o não-acadêmico; o não-sintético; o fundamentado nos conhecimentos dos mestres de ofício; o dos saberes orgânicos; que diz acerca dos mecanismos de conservação da vida politeísta, da biointeração, das práticas de confluência, no qual se difere das cosmovisões monoteístas, do capitalismo e dos modos de vida transfluentes (Santos, 2015).

Embora autores como Boaventura de Sousa Santos (2009) e Ewa Domanska (2014) tenham afirmado, respectivamente, que os povos indígenas são aqueles cujas epistemologias e “[...] práticas representam as formas mais convincentes de um pensamento pós-abissal” (Santos, 2009, p. 43) e que, na altermodernidade, seriam os sujeitos que proporcionariam “[...] a strong notion of new values, new knowledges, and new practices” (Domanska, 2014, p. 64), Nêgo Bispo (2015) aponta que as comunidades quilombolas também são grupos dotados de concepções próprias, que diante de olhares desatentos podem ser compreendidas apenas como atividades comuns ou vazias de significados.

É no seguimento da perspectiva de Nêgo Bispo, que proponho, no próximo tópico, historicizar a territorialidade do quilombo Lagoas/PI, que ocorreu entre os anos de 2007 e 2010, compreendendo-a como uma ação contra-colonizadora, com foco na territorialidade enquanto luta em defesa do território, ao considerá-la como um “[...] esforço coletivo de um grupo social para

² Antônio Bispo dos Santos foi um quilombola piauiense formado por mestres de ofício, no qual atuou como ativista político e militante no movimento social quilombola. Além disso, foi poeta, escritor e relator de saberes.

³ SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombos: modos e significados*. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa. Universidade de Brasília, 2015.

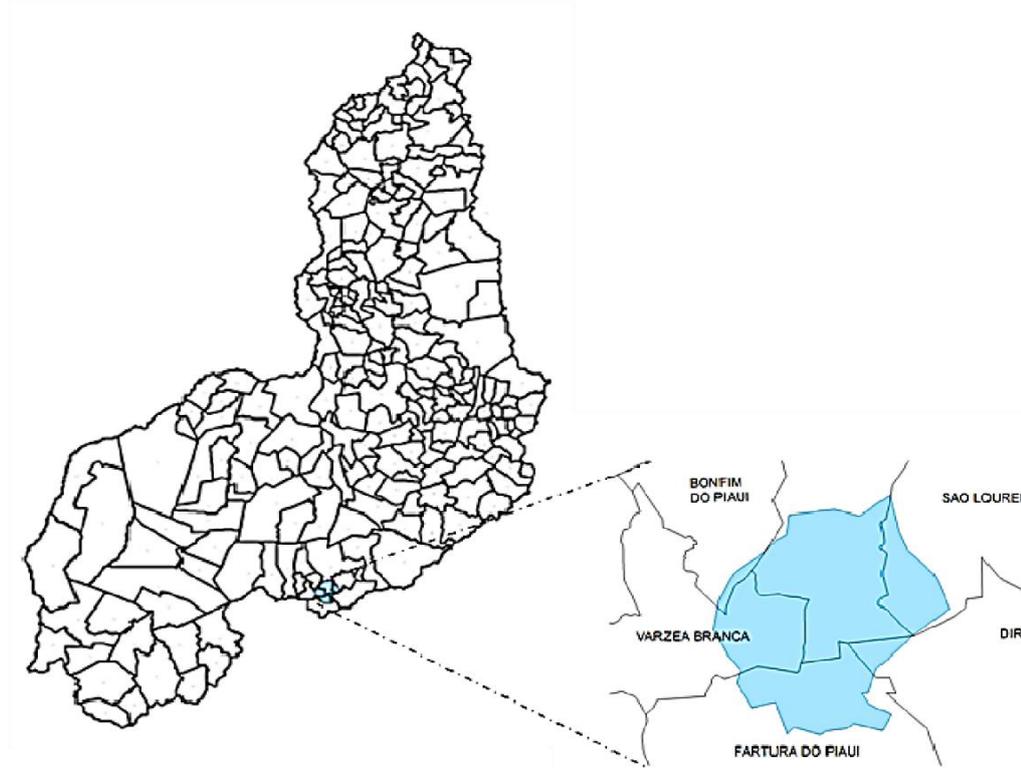


ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente [...]” (Little, 2002, p. 3), sendo a historicidade do território quilombola “[...] uma das características mais importantes” (Haesbaert, 2010, p. 82).

2 TERRITORIALIDADE: UMA PRÁTICA CONTRA COLONIZADORA

Localizado no território da Serra da Capivara⁴, o quilombo Lagoas está situado em 6 municípios do sudeste piauiense, sendo estes: São Raimundo Nonato, Fartura, Várzea Branca, Dirceu Arcoverde, São Lourenço e Bonfim; em que, até o ano de 2010 (Inkra/Interpi, 2010), era constituído por 119 localidades, 1.498 famílias e 5.128 pessoas, caracterizando-se, assim, como um dos maiores territórios quilombolas em número de núcleos familiares do Brasil (Oliveira, 2020), como podemos observar na Figura 1, que ilustra a sua localização e dimensão territorial.

Figura 1 – Localização territorial do Quilombo Lagoas no estado do Piauí



Fonte: Relatório Técnico do Território Quilombola Lagoas/PI.

⁴ O Piauí possui 11 territórios: Carnaubais; Chapada das Mangabeiras; Cocais; Entre Rios; Planície Litorânea; **Serra Da Capivara**; Tabuleiros do Alto Parnaíba; Vale do Canindé; Vale Do Guaribas; Vale do Sambito; e Vale dos Rios Piauí e Itaueira.



A região apresentada na Figura 1 corresponde à localização territorial do quilombo Lagoas na microrregião de São Raimundo Nonato e possui cerca 62.365,85 hectares, conforme indica o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade, publicado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Diário Oficial da União (DOU) (Faria, 2016). Além dessas informações serem sobre a localização e dimensão territorial, elas também apontam para a historicidade do quilombo Lagoas. Quer dizer, em que momento as 119 localidades tornaram-se uma comunidade? É apoiado nessa questão que este texto objetiva abordar sobre a organização existencial da comunidade e acerca dos processos de conhecimento, produção e dominação territorial, compreendendo-os enquanto atos contra colonizadores, pois, em linhas gerais, visavam a titulação do território quilombola.

3 ORGANIZAÇÃO EXISTENCIAL

O território lagoano possui a sua dimensão histórica, mas nem sempre foi assim. Antes do estabelecimento dos seus limites, existia um conjunto de localidades que, em parte, eram dispersas, mas que também relacionavam a partir de proximidades geográficas, parentais, culturais e políticas (Oliveira, 2020). De localidades rurais à comunidade quilombola, consta-se que essa transição se deu a partir de 2007 com as primeiras mobilizações dos habitantes das localidades, que buscavam fortalecer o autorreconhecimento enquanto sujeitos quilombolas, pois não podiam estar somente ligados a “[...] representações herméticas de um passado, mas sim de uma organização social inserida em um contexto político e econômico atual” (Barth, 2000, p. 32).

Naquele contexto, o fortalecimento do sentido de unidade do grupo não foi reforçado somente por meio de aspectos culturais, mas também a partir da capacidade organizacional dos moradores das localidades. Uma das ações que sinalizou a organicidade dos habitantes, foi a realização da primeira audiência pública que ocorreu na Câmara do Município de São Raimundo Nonato/PI, no dia 27 de maio de 2007, para discutir sobre os aspectos políticos, administrativos e técnicos das mobilizações que seriam desenvolvidas consecutivamente. Desse modo, foram apresentados alguns procedimentos administrativos de regularização do território, assim como também estabeleceram um cronograma de reuniões com o objetivo de definir responsabilidades coletivas e individuais para que então pudessem iniciar o processo de conhecimento, produção e dominação territorial.



As reuniões continuaram, em 2008, promovendo avanços relativos à elaboração das atas de apresentação das localidades que haviam se autodeclaradas quilombolas, tendo como resultado, no ano de 2009, a visita da Fundação Cultural Palmares (FCP) e a certificação enquanto “comunidade remanescente de quilombo”, em que foi registrada como “Lagoas” no Livro de Cadastro Geral da instituição (Oliveira, 2020). De acordo com Ana Faria (2016), o nome de Lagoas foi atribuído em razão da “distribuição espacial das localidades que se deram preferencialmente em torno de pequenas aguadas, que acumulavam água durante o período chuvoso e formavam diversas lagoas. Inclusive, dando rica nomeação às localidades” (Faria, 2016, p. 5).

A partir da certificação da comunidade, os esforços foram concentrados em organizar os sujeitos das localidades com a finalidade de conhecer, por naturezas diferentes – a exemplo das viagens entre os municípios e o cadastramento das famílias –, o espaço que se tornaria território (Oliveira, 2020). Cada uma das formas de conhecimento do território fornecia típicos específicos de informações, sendo estas: o território que estava sendo pleiteado, a reconstituição e o levantamento da malha fundiária, a planta e o memorial descritivo, o cadastramento das famílias e o laudo agroambiental do território, que simultaneamente corroboravam com a produção territorial.

4 CONHECIMENTO, PRODUÇÃO E DOMINAÇÃO TERRITORIAL

Concomitante ao processo de conhecimento das localidades, iniciaram-se as primeiras visitas dos agentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Um dos primeiros passos dados pelos agentes foi a constituição de uma equipe técnica, configurada da seguinte forma: Alan Feitosa Pinho (Técnico administrativo do Incra); Deodato do Nascimento Aquino (Perito federal agrário do Incra); Edvaldo Henrique Ferreira Soares (Engenheiro agrimensor do Interpi); Francisca Maria Noletto Batista Ramos (Técnico nível médio do Interpi); Lacy Lourdes de Assunção Sobrinha (Assistente de administração do Incra); Maria Marlene de Melo Furtado (Técnica em cadastro rural do Incra); Raimundo Nonato da Silva Amorim (Assistente de administração do Incra); e Valdeci de Moraes Uchôa (Assistente de serviço do Interpi); em que cada membro possuía conhecimento específico, entre eles: a competência técnica, a disponibilidade de tempo para se dedicarem aos trabalhos necessários e o compromisso com os direitos constitucionais relacionados à comunidade.



No período, a compreensão da equipe técnica era de realizar um levantamento de materiais bibliográficos para fundamentar suas ações, bem como diversos dados secundários que permitiriam melhor compreensão do contexto ao qual as localidades estavam inseridas. Havia a preocupação em reunir a maioria das informações possíveis, pois a partir delas haveria a construção do Relatório Técnico de Caracterização Ocupacional, Fundiário e Agroambiental do território da comunidade, que também funcionaria como um acervo de dados e conhecimentos gerais sobre o território a ser pleiteado.

Em razão da grande dimensão do território, era necessário, além da equipe técnica do Incra, que fossem formados grupos pelos próprios povos das localidades, que se organizaram em 12 núcleos populacionais, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento das atividades subsequentes de regularização fundiária, a exemplo do “[...] cadastramento, levantamento agroambiental, fundiário, os procedimentos administrativos à posteriori ao território pleiteado e identificado” (Incra, 2010, p. 18).

Por meio dessa organização, a comunidade iniciou o processo de conhecimento territorial, sendo a memória um aspecto importante durante as atividades. De acordo com Alex Ratts (1996), durante o processo organizacional e de territorialidade das comunidades quilombolas brasileiras, a memória coletiva de cada grupo é acionada de modo que “[...] se estende por todos os lugares onde passa a memória do grupo, onde estes fizeram sua trajetória ou seus antepassados cruzaram” (Ratts, 1996, p. 99).

Os procedimentos para o trabalho que foram desenvolvidos durante o processo de conhecimento do território consideraram os seguintes instrumentos: entrevistas estruturadas, oficinas, utilização de formulários e caminhadas pelas localidades. Desse modo, esses instrumentos foram contemplados com pesquisas bibliográficas que permitiram uma melhor compreensão a respeito dos seguintes pontos: memória histórica e organização existencial da ocupação do território, delimitação, mapeamento do território, identificação e caracterização, identificação dos conflitos, caracterização dos sistemas produtivos e construção do calendário de atividades da comunidade.

Além das atividades de campo, as assembleias continuaram sendo realizadas em São Raimundo Nonato/PI, onde acontecia a apresentação da equipe de trabalho que tiravam as dúvidas dos lagoanos em relação ao relatório técnico e os atualizavam a respeito dos avanços da comunidade, bem como discutiam o que deveria ser estabelecido no cronograma das atividades. Nas reuniões, foram ressaltadas também o quão era importante o cadastramento das famílias



quilombolas, assim como das que também não se enquadravam no perfil. Nas assembleias, após todas as pautas e dúvidas serem sanadas, as atas das reuniões eram lidas e assinadas por todos os presentes.

A partir das oficinas e de um melhor conhecimento a respeito das especificidades de cada localidade, foram construídas: linhas do tempo, mapas que tratavam sobre os limites do território, dos pontos específicos da comunidade, dos modos de uso em relação a moradia, entre outros. Nesse sentido, foram produzidas imagens, tabelas, gráficos, assim como também foram armazenados fotos e documentos que revelam a historicidade da comunidade e a sua relação com as terras. Sendo assim, as oficinas tiveram um papel importante para a nova organização da comunidade, pois as entrevistas, a marcação dos pontos notáveis, a exemplo dos limites, as caminhadas transversais e o cadastramento das famílias só foram possíveis porque a comunidade trabalhou em conjunto com a equipe técnica.

Após o colhimento de boa parte dessas informações, a retomada dos trabalhos pelo Incra ocorreu no dia 27 de maio de 2009, sendo dada a devida publicidade ao reinício das atividades através da Audiência Pública realizada na Câmara Municipal, na sede do município de São Raimundo Nonato/PI, que contou com a presença de inúmeras lideranças, tais como: Coordenadora Nacional do Serviço de Regularização de Território Quilombola, Superintendente Regional SR do Incra, Delegado do MDA; Coordenadores da Cáritas, Projeto Dom Helder, Lideranças da CECOQ, proprietários interessados, representantes da comunidade Lagoas, Presidente da Câmara dos Vereadores de São Raimundo Nonato, além de parte da equipe técnica.

Como os procedimentos administrativos tiveram início à luz da Instrução Normativa no. 49, de 29 de setembro de 2008, o início dos trabalhos em campo foi precedido por algumas reuniões entre os povos das localidades e o Grupo Técnico interdisciplinar, estas ocorreram nos dias 25 de junho de 2009 (em São Victor e Angical) e 29 de junho de 2009 (em Lagoa das Emas e Lagoa da Pedra), visando apresentar os procedimentos a serem adotados na territorialidade da comunidade. Entre os dias 22 de junho e 9 de julho de 2009, ocorreram reuniões em várias localidades, no qual as famílias do território indicaram as lideranças que acompanhariam a equipe Institucional do Incra, na indicação dos pontos limites do território, de acordo com marcos históricos e geográficos apresentados por esses representantes, que, posteriormente, seriam georreferenciados e materializados em formato de mapas, gráficos e tabelas pela equipe institucional do Incra.

As atividades ocorridas no território e as assembleias nos revelam as implicações políticas e simbólicas de dominação do território da comunidade Lagoas, quer dizer, os contatos



estabelecidos entre as lideranças dos 12 núcleos e os demais povos das localidades se configuraram como uma montagem elaborada que constituía e legitimava as lideranças ao se envolverem com os demais sujeitos da comunidade ao longo do processo de territorialidade – de contra colonização.

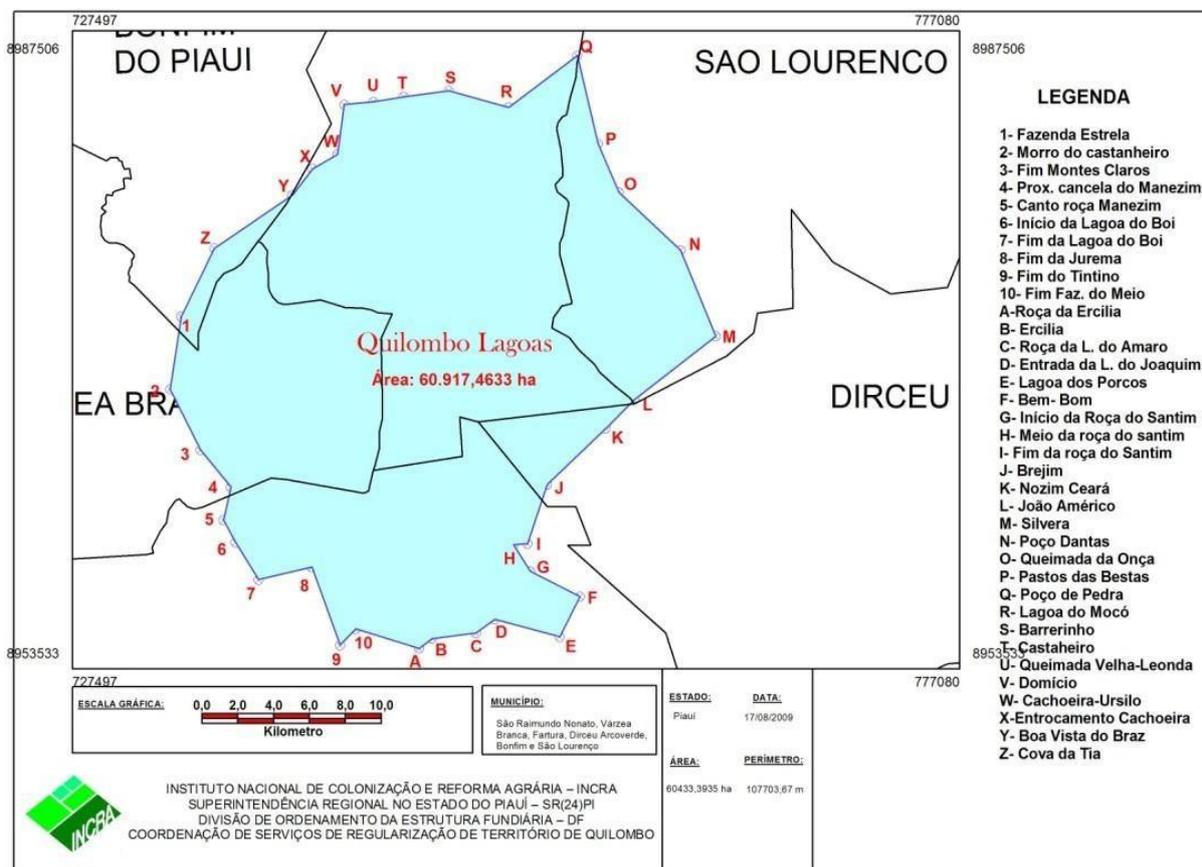
As interações entre as lideranças das localidades representam ações estáveis, que asseguravam o desenvolvimento dos procedimentos planejados. Em um espaço circunscrito e visível, as relações biointerativas passaram a construir a territorialidade do quilombo Lagoas, isto é, na mesma medida em que havia o conhecimento do território, gerava-se também o sentimento de autonomia, cuja finalidade era alcançar políticas públicas relacionadas à agricultura familiar, ao aumento do número de casas e de escolas, entre outras ações que estivessem de acordo com as demandas da própria comunidade.

No caso do quilombo Lagoas, o conhecimento e a produção do território aconteceram simultaneamente ao construírem a noção de comunidade e ao estabelecerem os limites do território. Todavia, todo o processo de territorialidade seria incompleto se não houvesse a reunião de todas as informações que passaram a compor o relatório técnico. Nesse sentido, entendemos que a produção do relatório técnico é uma forma de dominação do território da comunidade, pois nele estão inseridos um conjunto de gráficos, mapas e imagens que são testemunhas concretas “[...] de mentalidades, enfeixando elementos referentes ao imaginário e a cultura em seu caráter administrativo, político e estratégico” (Villa, 2015, p. 518).

Nessa perspectiva, partimos da compreensão de que os mapas são instrumentos utilizados para materializar espacialidades, assim como também para transmitir a ideia de veracidade sobre conhecimento e territorialização da comunidade Lagoas, isto é, os mapas funcionam como “[...] uma construção social, um documento elaborado com determinado objetivo, os mapas históricos estão permeados por interesses políticos” (Villa, 2015, p. 518). Além disso, compreendo também que nas tabelas constam importantes elementos significativos para a compreensão do número de famílias e como estas se organizam. Nesse sentido, o perímetro do território pleiteado pelas famílias quilombolas, construído a partir de indicações de marcas identitárias pelas lideranças das comunidades, referendados, posteriormente, em assembleia geral por grande parte das famílias quilombolas, foram materializados, como podemos observar no Mapa 1.



Mapa 1 – Território pleiteado pelas famílias remanescentes quilombolas de Lagoas



Fonte: Relatório Técnico do Território Quilombola Lagoas-PI.

No Mapa 1, podemos observar as localidades que se encontram nos limites do território da comunidade quilombola Lagoas, que foram identificadas a partir de pontos referenciais apontados pelos quilombolas, distanciando em média a cada três e cinco quilômetros um do outro, o que não representou fidedignamente os limites variantes do território demarcado, pois a delimitação abarcou variações das propriedades lindeiras e de registros de imóveis inseridos no território. Ainda sobre as identificações, uma pequena quantidade dos agricultores da comunidade não possui terras próprias para moradia e trabalho, onde muitos utilizam as áreas pertencentes a familiares ou oriundas de herança (sem ser inventariada), o que às vezes dificulta as atividades agrícolas destinadas à subsistência.

Apesar de alguns moradores descreverem como adquiriram as terras – a exemplo do quilombola Raimundo Marques que relatou: “[...] em mil novecentos e cinquenta e três (1953), meu pai falou com o demarcador que queria uma terra e ele passou essa pra ele, foi pagando de



pouquinho”⁵, a antropóloga Simone Matos (2013), em uma conversa com os moradores da localidade “Baixão do Boi”, afirmou que alguns conflitos foram gerados a partir da não regularização do território.

Tomei conhecimento de que o pai de D. Cida, irmão do esposo de D. Juliêta da localidade Retiro, adquiriu por compra 20 ha de terra, onde fixou residência. O diálogo entre D. Cida e um agregado de uma fazenda próxima a essa localidade, relata conflitos vivenciados, atualmente, entre ele e o dono da fazenda: após vinte anos vivendo na localidade Barreiro dos Porcos, este agregado (Sr. Gildo) está sendo forçado a sair, sem definição de acordos trabalhistas pelo tempo de trabalho. Segundo ele: “nem uma madeira ele deixa eu tirar; quando quero fazer uma roça, venho pegar aqui no Baixão do Boi ou comprar”. Ele diz que o dito fazendeiro tenciona cercar terras próximas à localidade Baixão do Boi (Matos, 2013, p. 54).

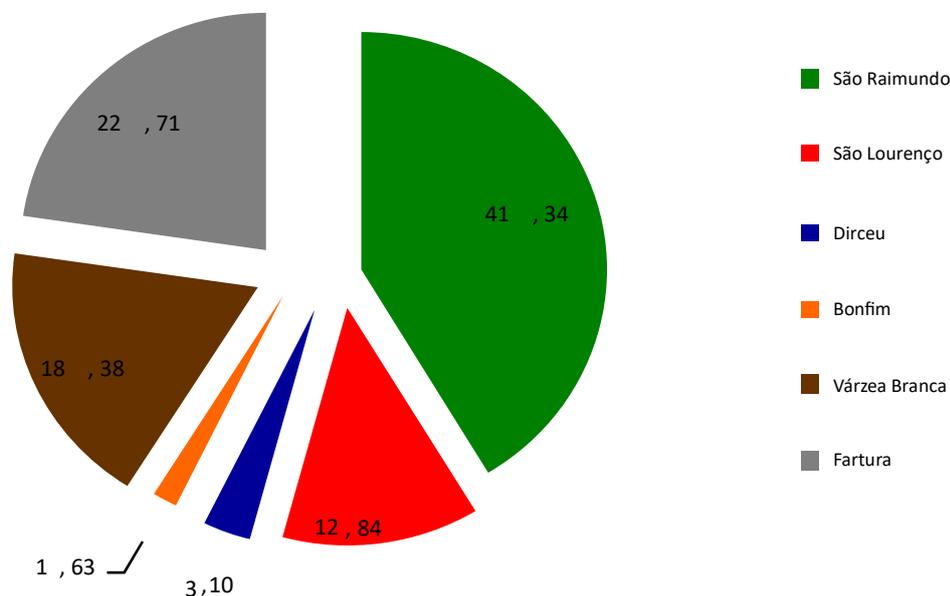
A comunidade Lagoas, por ser um quilombo contemporâneo, está envolta a conflitos que ainda são reflexos “[...] da dissolução das formas de organização do sistema escravista pós-abolição” (Arruti, 2006, p. 42), configurando-se como a continuidade das disputas de territorialidades que “[...] nascem da sobreposição, no mesmo recorte espacial, de reivindicações de diversos grupos, portadores de distintas identidades, lógicas culturais, modos de produção e de relacionamentos com o meio ambiente” (Zhourri; Laschefski, 2010, p. 12). Nesse sentido, considero que o levantamento de toda a malha fundiária do território e, conseqüentemente, dos proprietários ou posseiros, sejam eles quilombolas ou não quilombolas, possibilitou à comunidade a agir em ampla defesa dos seus interesses e contestações.

No caso do quilombo Lagoas, podemos compreender que o mapa, enquanto uma ferramenta, possibilitou condições concretas para os lagoanos visualizarem de forma representativa o que estava acontecendo no território, no que diz respeito à delimitação ter abarcado algumas propriedades lindeiras. Ainda nesse sentido, o mapa ampliou informações importantes acerca dos pontos geográficos indicados pelos lagoanos, o que evidencia a participação desses povos no processo de reconhecimento e delimitação da comunidade. Nessa perspectiva, o antropólogo Rafael dos Santos (2004) considera que “[...] o conjunto de documentos cartográficos possuem informações importantes, principalmente sobre o reconhecimento, a delimitação e a demarcação que contribuem na titulação dos seus territórios” (Anjos, 2004, p. 12), assim como também os gráficos, conforme podemos visualizar o Gráfico 1.

⁵ Entrevista concedida a Simone de Oliveira Matos em 29 de jul. de 2009 e 07 de jan. de 2012. Comunicação oral R Marques, 86 anos – Lagoa das Emas).



Gráfico 1 – Composição percentual do Território quilombola de Lagoas



Fonte: Relatório Técnico do Território Quilombola Lagoas-PI.

De forma mais detalhada, o Gráfico 1 apresenta a composição percentual da área total do quilombo Lagoas, sendo, aproximadamente, 25.184,85 hectares (41,34%) correspondentes a jurisdição do município de São Raimundo Nonato, 13.835,86 hectares (22,71%) no município de Fartura, 11.195,81 hectares (18,38%) inseridos em Várzea Branca, 7.123,39 hectares (12,84%) correspondentes a São Lourenço, 2.232,188 hectares (3,10%) no município de Dirceu e apenas 994,2045 hectares (1,63%) correspondentes a Bonfim. Embora o território distribua a comunidade em seis municípios, e cada um desses tenham características específicas, unidades sociais independentes e distribuições geográficas diferentes, ressalto que as experiências históricas relacionadas a natureza étnica, as relações de parentesco e as sociabilidades realizadas os agregam nesse território comum.

Essas relações contribuem ao auxiliarem “[...] os programas em desenvolvimento ligados à Presidência da República, ao Incra, ao Ministério da Justiça, à Fundação Cultural Palmares e aos vários Institutos de Terras dos Estados brasileiros” (Anjos, 2004, p. 12), no que diz respeito a implementação de programas específicos para a comunidade em seus respectivos municípios. Nessa perspectiva, o cadastramento das famílias do território quilombola também foi importante,



pois expressa, de maneira simplificada e sistematizada, a situação socioeconômica das famílias pertencentes à comunidade, como pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição populacional do quilombo Lagoas em 12 (doze) núcleos

Núcleos	Famílias	Pessoas	Comunidades
1-Núcleo São Victor	300	990	19
2- Núcleo Xique-Xique	65	223	9
3- Núcleo Lagoa dos Meninos	168	543	12
4- Núcleo Lagoa das Pedras	185	683	12
5- Núcleo do Angical	134	458	13
6- Núcleo Fazenda do Meio	57	222	3
7- Núcleo Lagoa das Emas	206	749	14
8- Núcleo de Montes Claros	64	151	9
9- Núcleo de Umburana	43	148	4
10- Núcleo do Espinheiro	117	391	10
11- Núcleo da Lagoa Nova	93	360	6
12- Núcleo Lagoa da Firmeza	66	210	8
TOTAL	1.498	5.128	119

Fonte: Relatório Técnico do Território Quilombola Lagoas-PI.

De acordo com a Tabela 1, verifica-se que o núcleo de São Victor apresenta o maior número de famílias, pessoas e comunidades, sendo cadastradas 300 (trezentas) famílias com aproximadamente 990 (novecentos e noventa) pessoas em 19 (dezenove) comunidades, totalizando assim 20% das 1.498 (um mil quatrocentos e noventa e oito) famílias cadastradas no quilombo Lagoas. Em seguida vem-se o núcleo de Emas com 206 (duzentos e seis) famílias, com aproximadamente 749 (setecentos e quarenta e nove) pessoas em 14 (quatorze) comunidades. Foram consideradas como unidades familiares as pessoas ligadas por laços de parentescos, dependência doméstica ou normas de convivência. Em alguns casos, para restringir o conceito de família aos laços consanguíneos, foi adotado como unidades familiares os casais sem filhos, casais com filhos e mulher chefe de família (sem cônjuge).

Nesse cadastramento, as informações sobre cada pessoa na família, ou domicílio, foram obtidas através da autodeclaração associada à pessoa de referência, isto é, a pessoa responsável pela família ou assim considerada pelos demais membros. Considerando essas informações, podemos compreender que o maior agrupamento de famílias se encontra no núcleo de São Victor, principalmente na sede da localidade, pois possuem relações históricas no que se refere a serem



áreas de cultivo que se deram através de processos hereditários, pois há tempos longínquos essa localidade era a sede de uma antiga fazenda escravocrata, constituída pela casa grande e a senzala.

Acerca de informações gerais, além dessas famílias cadastradas e distribuídas em todos os 12 (doze) núcleos, acrescentam-se mais 152 (cento e cinquenta e duas) residências que não foram efetivamente cadastradas, pois se tratavam, na maioria, de residências fechadas ou desocupadas, decorrente do êxodo temporário de algumas famílias, que partiram para outros estados em busca de trabalho nos canaviais de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso ou viajaram com o intuito de realizar tratamentos médicos. Assim como na comunidade Lagoas, esse êxodo temporário também ocorre em outros quilombos. De acordo com a historiadora Simoní Leal (2020), o quilombo “Contente”, localizado no município de Paulistana-PI, possui dados que apresentam as principais motivações de migração dos quilombolas, sendo estes: o desemprego com 44%, a seca com 35%, a falta de educação com 22% (Leal, 2020).

Um fato em comum no quilombo Lagoas é que depois de atingido a maioridade ou concluído o ensino médio, os homens tendem a migrar para outros estados, principalmente Brasília, Minas Gerais e São Paulo, essencialmente jovens do sexo masculino, em busca de trabalho nas usinas de “corte de cana”. Entretanto, quando não saem da comunidade, optam por construir suas casas nas proximidades do núcleo familiar, continuando a cultivar nas terras do pai, mesmo após terem constituído uma nova unidade familiar, engrossando assim a massa de cidadãos, sem um pedaço de terra suficiente para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, que é uma das consequências da não titulação do quilombo Lagoas.

De modo geral, ao detalhar o processo de territorialidade da comunidade quilombola Lagoas, podemos compreender que todas as ações direcionadas à dominação territorial visam, posteriormente, a titulação da comunidade. Nesse sentido, todos os esforços são lidos como atos contra colonizadores, pois se inserem em um campo de disputa pelas terras, que, por sua vez, retrata uma luta nacional de diversas comunidades quilombolas brasileiras, no sentido de se manterem resistentes e de lutarem por suas terras. Contra colonizar, como aponta Nêgo Bispo, é “contrariar e não sentir a dor que esperam que sintam” (Santos, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em concepções gerais, este trabalho buscou identificar a comunidade quilombola Lagoas/PI como um território que passou pelos processos de conhecimento, produção e



dominação a partir da organização de seus membros, dos mapas elaborados, da constituição e levantamento da malha fundiária em campo e em cartório, da planta e memorial descritivo e dos cadastramentos das famílias remanescentes quilombolas – que tratavam sobre o tamanho dos núcleos familiares e da faixa etária da população, das práticas de associativismo no território, dos aspectos socioeconômicos e educativos desses povos.

Ao longo do texto, foi possível compreender como os processos de conhecimento, produção e dominação territorial, entre os anos de 2007 e 2010, se constituíram enquanto ações contra colonizadoras, no qual evidenciam a importância, o significado existencial e a luta da comunidade quilombola Lagoas por sua titulação.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Cartografia e cultura: territórios dos remanescentes de quilombos no Brasil. In: **VIII congresso luso-brasileiro de ciências sociais**, Coimbra, 2004.

ARRUTI, J. M. **Mocambo**: antropologia e história no processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006.

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BOAVENTURA, S. S e MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

DOMANSKA, Ewa. Retroactive Ancestral Constitution, New Animism and Alter-Native Modernities. **Storia della Storiografia**, v. 65, n. 1, p. 61-75, 2014.

FARIA, Ana Tereza Dutra Pena de. **Comunidade quilombola Lagoas**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

INCRA. **Relatório técnico de caracterização ocupacional, fundiário e agroambiental do território quilombola de Lagoas**. Brasília, 2010.

LEAL, Simoní Portela. **“Já conheci com essa nação, o chamado negro”**: etnicidade, territorialidade e educação nas Comunidades Quilombolas de Barro Vermelho e Contente em Paulistana-PI (2000-2019), 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020.

MATOS, Simone de Oliveira. **Povos de Lagoas-PI na construção da territorialidade quilombola**: uma etnografia, 2013. (Dissertação em Antropologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, Teresina, 2013.



OLIVEIRA, Emanuel Jardel Alves. **“É o sonho da gente indo embora!”**: relações territoriais e a reivindicação existencial da comunidade quilombola Lagoas-PI (2005-2014). 2020. 127f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

OLIVEIRA, Emanuel Jardel Alves. Comunidade Quilombola Lagoas-PI: relações entre a territorialização e o status de remanescentes quilombolas (2005-2010). **Revista Em Perspectiva**, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 87-83, 2020.

RATTS, Alessandro. Conceição dos Caetanos: memória coletiva e território negro. **Palmares em Revista**. Brasília, n. 1, p. 97-115, 1996.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos**: modos e significados. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa; Universidade de Brasília, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

VILLA, Carlos Eduardo Valencia. Georreferência de mapas históricos: os casos de Cartagena de Índias Colonial e do Rio de Janeiro Imperial. **Revista de História**, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 517-546, 2015.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Enviado em: 18/02/2023

Aceito em: 01/11/2024